



IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

Portugal, território de territórios

ÁREA TEMÁTICA: Sociologia da Educação [ST]

O ENSINO PROFISSIONAL NOS PERCURSOS DOS JOVENS: ENTRE MODOS TRADICIONAIS DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL E CONTEXTOS FORMAIS DE FORMAÇÃO

DIOGO, Ana Matias

Universidade dos Açores CICS.NOVA.UAc/CICS.UAc, ana.is.diogo@uac.pt

Resumo

A formação profissional dos jovens tem vindo a adquirir uma importância crescente nas políticas públicas. O contributo de uma oferta formativa mais diversificada para fazer face aos problemas de insucesso e abandono escolares, oferecendo maiores oportunidades educacionais, bem como o combate ao desemprego dos jovens têm estado no centro da argumentação dessas políticas. Diversos estudos têm, no entanto, apontado para as dificuldades encontradas no cumprimento desses desígnios.

Na Região Autónoma dos Açores, o baixo nível de qualificações da população em geral e os elevados índices de insucesso e abandono escolares têm justificado, de forma acrescida, a valorização do investimento público em ensino profissional. Contudo, conhece-se pouco acerca do seu impacto nos percursos dos jovens açorianos, nomeadamente, nas suas oportunidades educacionais e de emprego.

Com base em dados de um inquérito por questionário realizado em 2015, junto de uma amostra representativa dos jovens açorianos com 15-34 anos, analisa-se o lugar do ensino profissional na configuração dos perfis sociais, formativos e ocupacionais dos jovens.

Os resultados mostram que o ensino profissional configura-se como um modo de transição escola-trabalho assente em contextos formais de formação para um segmento de jovens, em contraste com modalidades tradicionais de transição para o trabalho ou vida adulta, não estando, porém, associado linearmente a uma melhoria das oportunidades educativas e de emprego.

Abstract

Vocational education and training for young people has become increasingly important in public policy. The contribution of a more diversified formative offer in order to deal with school failure, dropout and the fight against youth unemployment has been central in the reasoning about these policies. Several studies have, however, pointed out the difficulties in achieving these purposes.

In the Azores, the low level of qualifications of the population in general and the high rates of school failure and dropout have justified, further, public investment in Vocational education and training. However, little is known about its impact on the pathways of young Azoreans, particularly in their educational and employment opportunities.

Based on data from a survey conducted in 2015, among a representative sample of young Azoreans, we analyze the place of vocational education in the configuration of social, formative and occupational profiles of young people. The results shows that vocational education is configured as a way of school to work transition based on formal training contexts, which contrasts with traditional modes of transition to work or to adulthood. This form of education however isn't linearly associated to an improvement of educational and employment opportunities.

Palavras-chave: Ensino Profissional; Transição escola-trabalho; Juventude; Desigualdades Sociais; Políticas Públicas

Keywords: Vocational Education and Training; School-Work Transition; Youth; Social Inequalities; Public Policy

[COM0257]

Introdução

Fazendo eco da agenda europeia e à semelhança do que sucede a nível nacional, na Região Autónoma dos Açores (RAA), a formação profissional dos jovens, em geral, e o ensino profissional, em particular, têm vindo a adquirir uma elevada importância nas políticas públicas, como forma de aumentar as qualificações, reduzir o abandono escolar precoce e melhorar a empregabilidade.

Caracterizando-se a Região por apresentar um nível de qualificações da população e índices de insucesso e de abandono escolares especialmente gravosos, comparativamente com o restante território nacional (CNE, 2014), tem-se justificado de forma acrescida a definição de medidas no âmbito do ensino e formação (Cardim, 1999; Programa do XI Governo Regional, 2012). Não obstante, conhece-se pouco acerca das especificidades regionais destas políticas, nomeadamente, sobre o impacto que a formação profissional tem tido nos jovens, ao nível das suas oportunidades educacionais e de emprego.

Neste texto analisa-se o lugar que o ensino profissional ocupa nos percursos dos jovens, com base em dados de um inquérito por questionário realizado em 2015, junto de uma amostra representativa dos jovens açorianos, com idades entre 15 e 34 anos. Começamos por traçar algumas tendências da procura do ensino profissional por parte dos jovens inquiridos, caracterizando depois os seus perfis sociais, formativos e ocupacionais e o lugar do ensino profissional na configuração desses perfis.

1. Políticas de formação profissional e especificidades da oferta e procura de ensino profissional nos Açores

Foi no âmbito do sistema educativo que a formação profissional, enquanto sistema formal, se começou a desenvolver em Portugal, especialmente a partir do século XIX, com a criação do ensino técnico (Cardim, 1999), traduzindo a preocupação que começava a fazer-se sentir com a preparação de mão-de-obra para responder a novas necessidades dos sectores comercial e industrial (Silvestre, 2009). O ensino técnico cresce e conhece reestruturações ao longo da I República e do Estado Novo, constituindo-se como uma via de ensino secundário paralela ao ensino liceal, a qual vedava, no entanto, o acesso ao ensino universitário (Cardim, 1999; Grácio, 1998). Será colocado em causa e suprimido após o 25 de Abril de 1974 com a unificação do ensino, que procurava fazer cumprir “preceitos da Constituição de 1976 apontando para que o ensino superasse a sua função conservadora da divisão social do trabalho” (Grácio, 1998, p. 203). A década de 80 marca o início de uma nova ênfase dada à formação profissional no país (Azevedo, 2014; Cardim, 1999; Grácio, 1998; Ribeiro, 2014). O ensino profissionalizante é reintroduzido em 1983 no ensino secundário, com a criação do ensino técnico-profissional. A aposta na formação profissional ganha especial relevo com a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia em 1986. Na mesma data, a Lei de Base dos Sistema Educativo (LBSE) consagra uma nova estrutura para o sistema educativo, atribuindo ao ensino profissional um papel fundamental na qualificação dos jovens e no desenvolvimento económico, para fazer face aos desafios da integração europeia. Desde a aprovação da LBSE até à atualidade, o reforço do ensino profissionalizante tem estado presente na agenda dos diversos governos (Azevedo, 2014; Ribeiro, 2014; Silvestre, 2009), destacando-se, nomeadamente: a criação de cursos tecnológicos nas escolas secundárias públicas e de escolas profissionais privadas em 1989; a introdução de cursos de educação e formação, em 2002, permitindo a dupla certificação no ensino básico e secundário; a extensão dos cursos profissionais às escolas secundárias da rede pública, a partir de 2004; a Iniciativa Novas Oportunidades, destinada a jovens e adultos em idade ativa pouco escolarizados, através de cursos de educação e formação em 2005; e o ensino vocacional básico e secundário, em 2012.

A crescente valorização da formação profissional nas políticas nacionais tem vindo a fazer eco, em grande medida, das prioridades definidas no âmbito da União Europeia, na sequência da Agenda de Lisboa (2000) e, posteriormente, da estratégia Europa 2020 (2010) (Alves, 2008; Margiotta *et al.*, 2014; Ribeiro, 2014). De forma a alcançar as metas propostas, ao nível da redução do abandono escolar e elevação das taxas de

escolarização no ensino superior e de emprego (Comissão Europeia, 2010), a UE tem considerado como crucial promover um nível mais elevado de ensino e formação profissional, fazendo recomendações muito claras nesse sentido (CESE, 2012). O papel atribuído à formação de carácter profissionalizante nas políticas dos países europeus, desde os anos 80, decorreu da necessidade de se encontrar medidas para lidar com a inflexão do seu crescimento económico e com o aumento do desemprego dos jovens (Alves, 2008). Assentando na ideia de que a promoção da formação profissional se traduzirá num aumento dos recursos humanos qualificados, em maior competitividade e em mais riqueza, levando, assim, à redução do desemprego (Alves, 2008), estas políticas terão significado, na perspetiva de diversos autores, uma subordinação da educação e formação à economia, atribuindo ao sistema educativo um novo mandato (vocacionalista) (Alves, 2008; Stoer *et al.*, 1990). A partir dos anos 90, segue-se uma nova versão de natureza mais liberal (neoprofissionalismo) que enfatiza o “desenvolvimento de capacidade de iniciativa e de empreendimento laboral” (Azevedo, 2000, p. 60), alicerçada no conceito de empregabilidade (Alves, 2007).

Nos Açores, o baixo nível de qualificações da população em geral e os elevados índices de insucesso e abandono escolar registados (CNE, 2014), comparativamente com o restante território nacional, têm justificado a definição de medidas e a atribuição de verbas com o intuito de melhorar as infraestruturas e a qualidade do ensino e formação (Cardim, 1999). Nesse sentido, a formação profissional tem merecido um destaque acrescido no seio das políticas públicas (cf. Programa do XI Governo Regional, 2012), apresentando algumas especificidades ao abrigo da autonomia regional.

A criação de escolas profissionais tem constituído um elemento essencial na política de formação do Governo Regional (Cardim, 1999), existindo atualmente 18 escolas repartidas por 6 ilhas (SREC, 2014). Para além dos ensinamentos tecnológico, profissional e artístico, existentes ao nível nacional, a Região oferece, também, outras modalidades de formação profissionalizante, que atribuem dupla certificação, nomeadamente, as que se inserem no âmbito do Programa Formativo de Inserção de Jovens (PROFIJ) e do Programa REATIVAR (SREC, 2014). Aproximando-se do modelo formativo dos cursos de educação e formação de jovens e dos cursos de aprendizagem existentes no continente (SREC, 2014), os cursos PROFIJ, criados em 1997, conferindo habilitação académica correspondente ao 3.º ciclo do ensino básico ou ao ensino secundário e um nível de qualificação II ou IV. Já o Programa REATIVAR, criado em 2003, aproxima-se dos cursos de educação e formação de adultos do continente, permitindo dupla certificação (nível I, II ou III, com equivalência ao 2.º e ao 3.º ciclos do ensino básico ou ao ensino secundário), simples certificação escolar (1.º, 2.º, 3.º ciclos do ensino básico e o ensino secundário) ou certificação profissional.

A ênfase dada à formação profissional pelas políticas públicas tem sido correspondida na Região, especialmente ao nível do ensino secundário, por um aumento da procura de cursos profissionalizantes (cursos tecnológicos, profissionais e PROFIJ) nos últimos anos: entre 2003/04 e 2013/14 o quantitativo de jovens matriculados nestes cursos passou de um total de 2501 para 4016, o que representa um aumento de 38% (SREC, 2014).

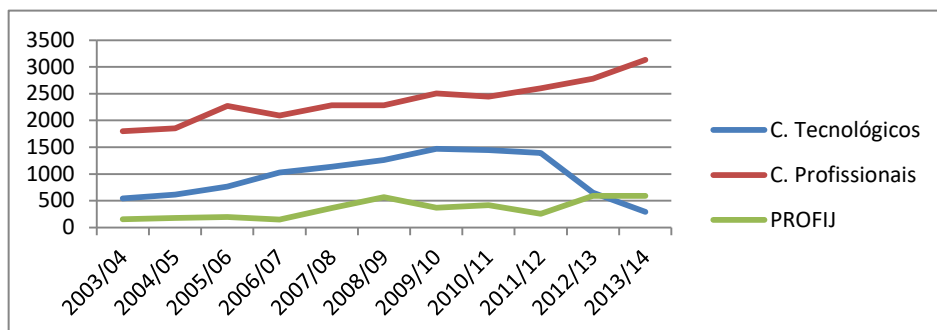


Gráfico 1 - Alunos matriculados no ensino secundário profissionalizante na RAA, por modalidade de ensino (2003/04 - 2013/14). Fonte: SREC (2014).

Este crescimento contrasta com o que se passa ao nível da procura de cursos especificamente orientados para o prosseguimento dos estudos (científico-humanísticos), cuja procura descreu 6% (SREC, 2014). Deste modo, a procura dos cursos profissionalizantes tem-se aproximado da procura dos cursos científico-humanísticos, que há alguns anos atrás concentravam a maior parte dos estudantes do ensino secundário: em 2003/04 a proporção dos dois tipos de cursos era de 28,1% e 64,5%, respetivamente, passando em 2013/14 para 41,5% e 55,9%.ⁱ

No que respeita às várias modalidades de ensino secundário profissionalizante, é o ensino profissional o que regista uma maior procura por parte dos jovens, mantendo uma evolução positiva ao longo deste período (Gráfico 1). Esta procura tem-se concentrado sobretudo na rede privada: em 2013/14 a rede pública abrangeu apenas 36% do ensino profissional (SREC, 2014). De notar, no entanto, que nos últimos anos a procura de cursos profissionais das escolas secundárias cresceu substancialmente (cf. Lemos, 2015, para uma comparação da procura do ensino profissional nas escolas profissionais e nas escolas secundárias na ilha de S. Miguel, durante o período entre 2005/06 e 2014/15).

2. Reflexos do ensino profissional nos percursos dos jovens açorianos: questões em análise e opções metodológicas

O combate ao desemprego dos jovens, assente no desenvolvimento económico, bem como o contributo de uma oferta mais diversificada para fazer face aos problemas do insucesso e do abandono escolares, oferecendo maiores oportunidades educacionais aos jovens que são mais atraídos pelo mundo do trabalho e pela formação não académica, têm estado no centro das principais lógicas de argumentação presentes nas políticas de reforço da formação profissional. Diversos estudos têm apontado, no entanto, para as limitações destas políticas no cumprimento de tais desígnios (Alves, 2008; Canário *et al.*, 2012; Guerreiro & Abrantes, 2007; Margiotta *et al.*, 2014; Mendes, 2009; Silvestre, 2009).

Apesar de existirem alguns indícios de que as mesmas limitações se verificam na Região (Palos, 2012), conhece-se pouco sobre os reflexos da formação profissional nos percursos dos jovens açorianos, nomeadamente, ao nível das suas oportunidades educacionais e de emprego. Foi com este objetivo central que o estudo *Juventude açoriana e mundo do trabalho: Formação, trajetórias e aspirações*ⁱⁱ contemplou um eixo relativo à formação profissional, desdobrado em dois sub-eixos, um relativo ao ensino profissional e um outro à formação profissional ligada ao mercado de trabalho.

Neste texto apresentam-se alguns resultados do estudo, relativamente à procura de formação profissional, no que respeita apenas ao primeiro subsistema, analisando-se, mais especificamente, o lugar que o ensino profissional ocupa nos percursos dos jovens açorianos.

Os dados analisados foram recolhidos através de um inquérito por questionário realizado em 2015, junto de 635 jovens residentes nos Açores, com base numa amostragem por quotas, controlando-se as variáveis idade, sexo, habilitações literárias estado civil e a situação na profissão. A amostra abrangeu 50,2% jovens do sexo masculino e 49,8% do sexo feminino; das ilhas de S. Miguel (65,5%); da Terceira (23,1%); do Pico (5,4%) e do Faial (6,0%); com idades distribuídas pelos seguintes grupos etários: 15-19 anos (23,8%); 20-24 anos (24,4%); 25-29 anos (24,3%) e 30-34 anos (27,6%). No que respeita ao nível de escolaridade, 11,2% têm o 1º ciclo do ensino básico (1ºCEB) ou menos, 22,2% o 2º ciclo do ensino básico (2ºCEB), 32,9% o 3º ciclo do ensino básico (3ºCEB), 20,0% o ensino secundário e 13,6% o ensino pós-secundário ou o superior. Finalmente, relativamente à ocupação, 37,8% trabalham, 31,5% estudam, 3,5% trabalham e estudam, 8,8% estão desempregados, 3,9% são domésticas, 3,1% não têm ocupação, 3,8% encontram-se num programa ocupacional, 3,5% fazem estágios, 2,2% têm trabalhos ocasionais e 1,9% encontram-se noutras situações.

Começamos por traçar algumas tendências da procura do ensino profissional por parte dos jovens inquiridos, caracterizando depois os seus perfis sociais, formativos e ocupacionais e o lugar do ensino profissional na

configuração desses perfis, recorrendo, numa primeira aproximação aos dados, a análises estatísticas bivariadas e, depois, a procedimentos multivariados - análise de Correspondências Múltiplas (ACM), complementada com a análise de *clusters*, utilizando o software SPSS (versão 18) -, de forma a apreender as interdependências entre as múltiplas variáveis em questão.

3. Procura de ensino profissional: a não adesão a uma representação socialmente depreciativa

Apesar do papel que vem sendo atribuído à formação profissional pelas políticas públicas, e da evolução positiva que o ensino profissional conheceu nos últimos anos na RAA, apenas 27,6% dos jovens açorianos inquiridos frequentavam ou tinham frequentado o ensino profissional. Na sua maioria, os jovens optaram por frequentar este tipo de ensino numa escola profissional (77,3%), tendo escolhido um curso de 3 anos (70,3%), de nível 4 (57,1%) e já completaram o curso (62,4%). Quanto aos que não completaram o curso, a grande maioria ainda se encontra a estudar (81,5%).

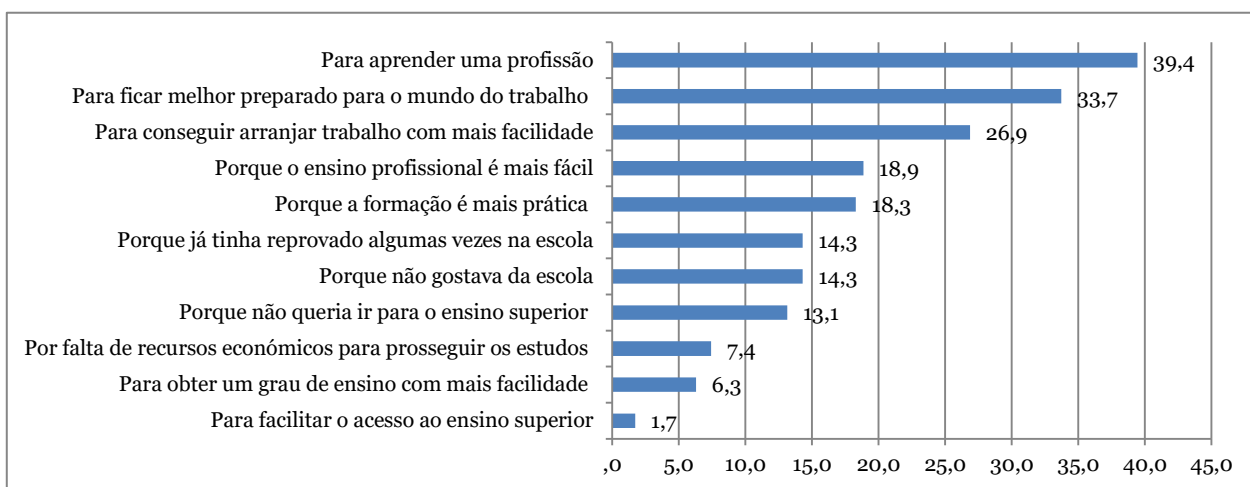


Gráfico 2 - Razões apontadas pelos jovens para justificar a sua opção pelo ensino profissional (%) (N =175)

Entre as razões apontadas pelos jovens que justificaram a sua opção pelo ensino profissional, destacam-se argumentos relacionados com a preparação/formação profissional e as oportunidades de emprego proporcionadas por essa modalidade de ensino: “para aprender uma profissão” (39,4%); “para ficar melhor preparado para o mundo do trabalho” (33,7%) e “para conseguir arranjar trabalho com mais facilidade” (26,9%) (Gráfico 2). Apesar do ensino profissional tender a ser visto como uma alternativa de segunda oportunidade para os jovens em situação de desvantagem (social e/ou escolar), a verdade é que os próprios jovens que escolhem o ensino profissional parecem minimizar razões que apontariam para esta perspetiva. Assim, surgem com bastante menos peso as razões relacionadas com a ideia de que o ensino profissional constitui uma alternativa à escola mais fácil, mais prática, quando há insucesso escolar, por não se gostar da escola ou por não se pretender prosseguir os estudos no ensino superior.

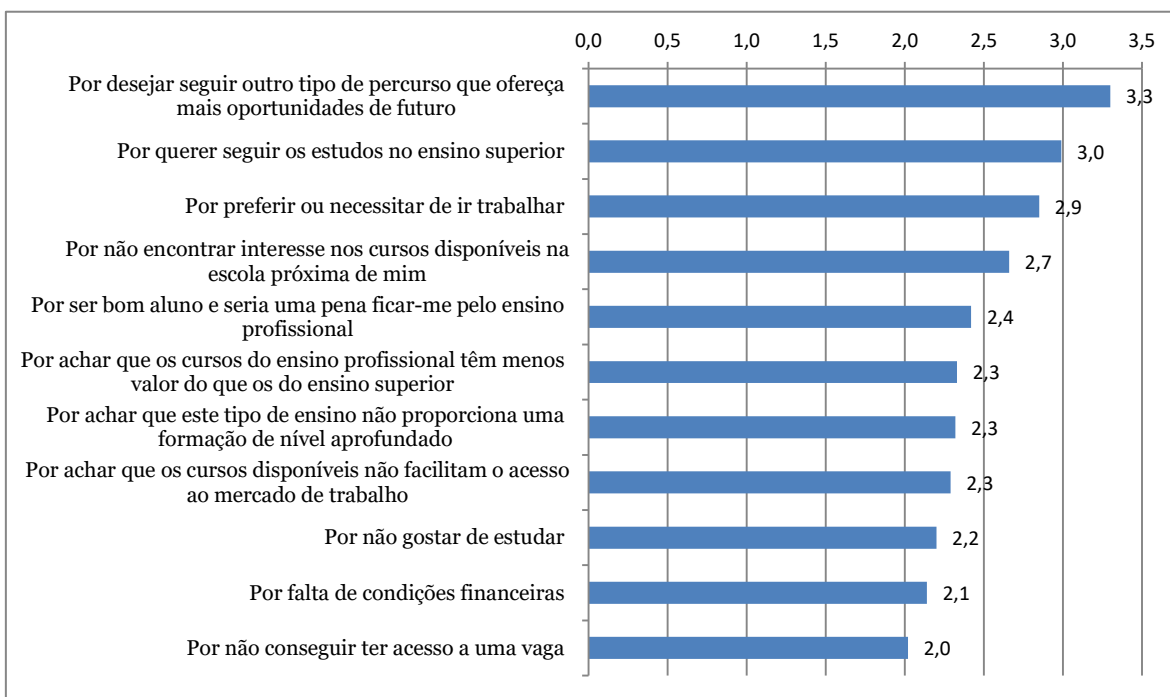


Gráfico 3 - Razões dadas pelos jovens para não escolherem o ensino profissional (médias)ⁱⁱⁱ (N=457)

Não tendo a maioria dos jovens optado pelo ensino profissional, procurámos também conhecer as razões invocadas por estes (Gráfico 3). Entre as afirmações apresentadas, aquelas com as quais os jovens concordaram em grau mais elevado (média ≥ 3) incidem em argumentos que encaram o ensino profissional como “uma via de segunda oportunidade”: “Por desejar seguir outro tipo de percurso que ofereça mais oportunidades de futuro” (3,3) e “por querer seguir os estudos no ensino superior” (3,0). Estes jovens parecem, deste modo, partilhar as representações sociais depreciativas existentes acerca do ensino profissional, as quais parecem, no entanto, não se refletir nas justificações dos próprios jovens que optam por este tipo de ensino, como notámos anteriormente.

4. Procura de ensino profissional: perfis sociais, formativos e ocupacionais

Procurando saber quem são os jovens que optam pelo ensino profissional, analisamos o cruzamento da frequência do ensino profissional com um conjunto de variáveis referentes ao perfil social (idade, sexo, escolaridade e categoria socioprofissional dos pais e rendimento familiar), ao percurso académico (nível de escolaridade e número de reprovações) e à relação com o trabalho dos jovens (ocupação e modo de aprendizagem da atividade profissional).

Os resultados apresentados na Tabela 1 mostram que a procura de ensino profissional varia sensivelmente com as características dos jovens. É mais procurado pelos que estão nos escalões etários intermédios, com o 3º ciclo ou ensino secundário e acusando insucesso escolar. A menor procura pelos mais velhos reflete o próprio contexto de evolução da procura e a oferta do ensino profissional na Região, anteriormente mencionada. Quanto à menor procura por parte dos mais jovens surge associada à tendência para a opção por este tipo de percurso ser feita após a existência de problemas de escolarização, traduzidos, nomeadamente, em insucesso escolar, apesar de essa razão ser pouco reconhecida pelos próprios jovens.

Em termos de condição social, a procura é maior por parte dos que pertencem a famílias com níveis de capital escolar e económico intermédios, embora relativamente baixos (escolaridades entre o 2º e o 3º ciclo e rendimentos familiares entre 500 e 1499 euros). A procura consideravelmente menor por parte dos jovens

pertencentes a famílias com maior volume de capital escolar e económico, em conjugação com a menor adesão por parte dos jovens com percursos de sucesso escolar, concorrem para confirmar a ideia de que o ensino profissional tende a funcionar como uma via de “segunda oportunidade”, contribuindo, para a reprodução das desigualdades sociais (Guerreiro *et al.*, 2009) ou formas “doces” de exclusão (Alves, 2007). Mas, por outro lado, não obstante o ensino profissional ser mais procurado por jovens de famílias com uma condição social não favorecida, verifica-se que esses não são os mais desfavorecidos de todos. Com efeito, observa-se simultaneamente que pertencer às famílias mais despossuídas de recursos limita a procura de ensino profissional por parte dos jovens.

Perfil social				Perfil académico e ocupacional					
Variáveis	Categorias	Freq. EP por categoria	χ^2	Variáveis	Categorias	Freq. EP por categoria	χ^2		
Sexo (N = 635)	Masculino	28,8%	n.s.	Escolaridade (N = 635)	1º CEB	4,2%	*		
	Feminino	26,3%			2º CEB	12,1%			
Idade (N = 635)	15-19 anos	27,2%	*		3º CEB	40,2%			
	20-24 anos	30,3%			E. Sec.	46,5%			
	25-29 anos	34,4%		E. Sup.	13,8%				
	30-34 anos	19,4%		0	20,7%				
Esc. Pai (N = 635)	1ºCEB	25,0%	n.s.	Reprovações (N = 635)	1	31,5%	*		
	2º/3ºCEB	33,2%			2	28,1%			
	E.Sec/E.Sup	23,4%			3 ou mais	34,0%			
Esc. Mãe (N = 635)	1ºCEB	23,6%	*	Ocupação (N = 625)	Estudante/formando	24,0%	n.s.		
	2º/3ºCEB	32,9%			Trabalhador-estudante	13,6%			
	E.Sec/E.Sup	22,4%			Está a trabalhar	29,6%			
CSP Pai (N = 635)	Quad. sup., Esp. e Téc. interm.	26,5%	n.s.		Trabalho ocasional	42,9%			
	P. Administrativo e s dos Serviços	29,7%			Está num programa ocupacional	45,8%			
	T. Agric, Ind.; N. qualif. Serv., Agr. e I.	27,0%			Está a estagiar	40,9%			
	N/Classif	30,3%			Está desempregado	26,8%			
CSP Mãe (N = 635)	Quad. sup., Esp. e Téc. interm.	25,8%	n.s.		É doméstica	16,0%			
	P. Administrativo e s dos Serviços	34,0%			Sem ocupação definida	35,0%			
	T. Agric, Ind.; N. qualif. Serv., Agr. e I.	23,7%			Como aprendeu profissional (N = 535)	Foi pai/mãe que lhe ensinou		17,5%	*
	N/Classif	26,1%				Foi vendo os outros a fazer		27,2%	
Rendime n-to fam. (N = 635)	<500 euros	18,8%	*			Teve um mestre que lhe ensinou		22,1%	
	500 a 999 euros	34,9%			Aprendeu sozinho com prática	22,6%			
	1000-1499 euros	32,7%			Teve um curso de f. profissional	70,2%			
	≥1500 euros	19,6%		Aprendeu na escola	14,3%				

* p < 0,05

Tabela 1 - Percentagem de jovens que frequentam(ram) o ensino profissional, por categorias do perfil social, académico e ocupacional

Tendo em consideração o perfil ocupacional dos jovens, destaca-se o reconhecimento da formação profissional como modo de aprendizagem da profissão exercida no caso dos que frequentaram o ensino profissional. Porém, o papel da formação profissional parece ser relativamente limitado, dado que os que mais aderiram ao ensino profissional sobressaem sobretudo nas ocupações que se inserem em formas atípicas de transição escola-trabalho (programa ocupacional; trabalho ocasional ou esporádico; estágio; sem ocupação definida) e, além disso, o ensino profissional não se evidencia como um fator especialmente promotor do emprego ou protetor em relação ao desemprego dos jovens.^{iv}

5. O ensino profissional na configuração de perfis de jovens: uma segunda oportunidade que não é para todos

Por fim, analisa-se o lugar do ensino profissional na configuração de perfis sociais, formativos e ocupacionais dos jovens inquiridos, a partir de uma perspetiva multivariada, realizando uma ACM^v, através da qual identificámos duas dimensões essenciais na estruturação dos dados (Tabela 2)^{vi}.

Variáveis	Dimensão 1		Dimensão 3	
	Discriminação	Contribuição	Discriminação	Contribuição
Nível de Escolaridade	0,127	0,045	0,350	0,177
Idade	0,650	0,231	0,063	0,032
Frequenta(ou) ensino profissional	0,002	0,001	0,435	0,220
Ocupação principal	0,534	0,189	0,098	0,049
Modo de aprendizagem profissional	0,544	0,193	0,321	0,162
Nº Reprovações	0,065	0,023	0,079	0,040
Nível de escolaridade do pai	0,439	0,156	0,297	0,150
Nível de escolaridade da mãe	0,429	0,152	0,259	0,131
Rendimento familiar	0,029	0,010	0,079	0,040
Alpha de Cronbach	0,726		0,557	
Valores próprios	2,817		1,981	
Inércia	0,313		0,220	

Nota: indicam-se a *bold* as medidas de discriminação com maior peso na definição das dimensões e as contribuições superiores à média (média da contribuição das variáveis = 0,111).

Tabela 2 - Medidas de discriminação e contribuições (ACM)

A primeira dimensão é, fundamentalmente, de ordem **geracional**, dizendo respeito a aspetos relativos ao **perfil social e ocupacional** dos jovens: opõe os mais jovens (15-19 anos), estudantes e com pais detentores de uma escolaridade média (especialmente com o secundário); aos jovens com idades mais avançadas (30-34 anos), que trabalham e aprenderam a sua profissão com os pais, vendo outros ou através da própria prática, sendo oriundos de famílias pouco escolarizadas (os pais têm o 1º ciclo ou menos) (ver Tabela 3).

A outra dimensão retida refere-se ao **perfil formativo**, e mais especificamente ao **investimento em formação profissional**: opõe um polo que é definido pelos jovens que nunca optaram por fazer o ensino profissional, possuem uma escolaridade muito baixa (até ao 1º ciclo) ou elevada (ensino superior) e referem que aprenderam a profissão exercida na escola, a um polo que diz respeito aos jovens que optaram pelo

ensino profissional, têm uma escolaridade ao nível do ensino secundário e indicam que aprenderam a profissão exercida através do ensino profissional.

Dimensão	Variáveis	Quantificações negativas	Quantificações positivas
1: Perfil social e ocupacional	Idade	15-19 ; 20-24 anos	25-29; 30-34 anos
	Ocupação principal	Estudante ; Trabalhador-estudante; Estágio	Trabalha ; Trabalho ocasional; Prog. Ocupacional; Desempregado; Doméstica; Sem ocupação
	Modo de aprendizagem profissional	Sem atividade profissional	Pai/mãe ensinou ; Prática/vendo ; Mestre; Curso F.P.; Escola
	Nível de escolaridade do pai	2ºCEB ; 3ºCEB; E. Sec. ; E. Sup.	≤1ºCEB
	Nível de escolaridade da mãe	2ºCEB ; 3º CEB; E. Sec. ; E. Sup.	≤1ºCEB
3: Perfil formativo	Nível de Escolaridade	≤1ºCEB ; 2ºCEB; E. Sup.	3ºCEB; E. Sec.
	Frequenta(ou) ensino profissional	Não freq.	Frequenta(ou)
	Modo de aprendizagem profissional	Escola ; Pai/mãe ensinou; mestre; S/Atividade Prof.	Curso F.P. ; Prática/vendo

Nota: as categorias a **bold** têm contribuições acima da média (média das contribuições das categorias = 0,023).

Tabela 3 - Quantificações e contribuições das categorias (ACM)

Com base nestas duas dimensões, realizámos uma análise de *clusters*, através da qual se identificaram 3 perfis de jovens (ver Figura 1) que surgem distintamente caracterizados (ver Tabela 4).

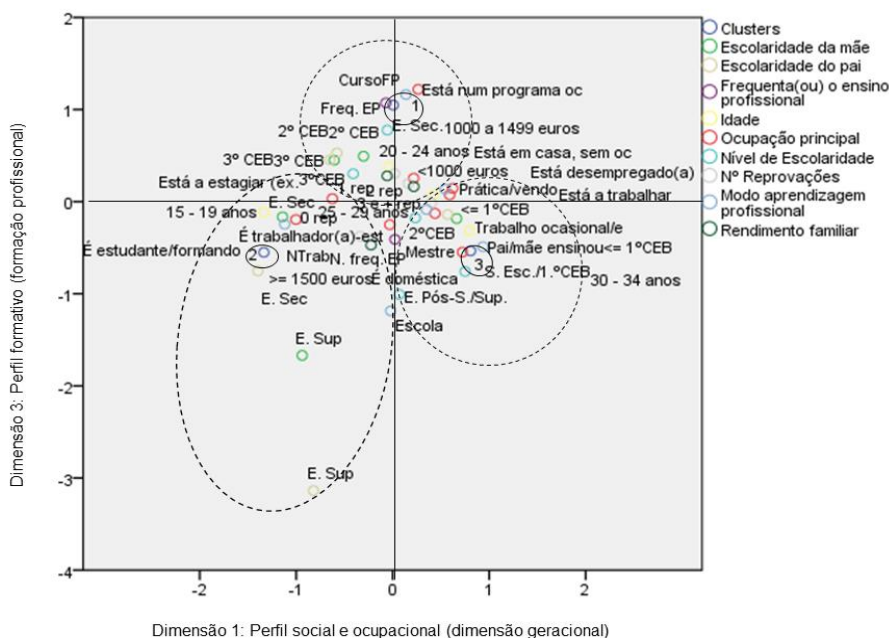


Figura 1 - Configuração dos perfis sociais, formativos e ocupacionais dos jovens: projeção das variáveis e dos *clusters* nos planos fatoriais (ACM)

Localizado no quadrante inferior esquerdo dos planos fatoriais, o *cluster 2* diz respeito ao perfil de **Investimento na formação escolar** (25,1%). Abrange sobretudo os mais jovens (72,6% têm 15-19 anos), que ainda se encontram no sistema educativo (77,1% são estudantes) ou, em menor medida, estão a fazer um estágio (6,4%) e que não optaram pelo ensino profissional (90,4%). No que toca à escolaridade, destacam-se os que possuem o 3º ciclo (41,4%) e têm percursos escolares bem sucedidos (47,4% sem nenhuma reprovação). Para os que trabalham (ou já trabalharam), e que neste perfil estão sub-representados, a escola evidencia-se como o modo de aprendizagem da atividade profissional, confirmando a centralidade da formação escolar neste perfil. É o grupo que tem uma inserção sociofamiliar mais favorecida: destacam-se os que pertencem às famílias com níveis mais elevados de capital escolar, tendo pais detentores do ensino secundário e superior, e capital económico (tendo um rendimento familiar igual ou superior a 1500 euros).

	Perfil 1 (33,8%)	Perfil 2 (25,15%)	Perfil 3 (41,1%)
	Transição formação profissional - trabalho	Investimento na formação escolar	Instalação tradicional na vida adulta
Idade	20-24 anos (39,8%); 25-29 anos (30,3%)	15-19 anos (72,6%)	25-29 anos (29,6%); 30-34 anos (52,5%)
Ocupação principal	Está a trabalhar (44,5%); Está num programa ocupacional (8,5%)	É estudante/formando (77,1%); Está a estagiar (6,4%)	Está a trabalhar (53,7%); Está desempregado (11,7%); É doméstica (8,6%)
Modo de aprendizagem da profissão	Prática/vendo (37,6%); Curso profissional (32,4%)	Escola (11,0%). Sem atividade profissional (77,3%)	Pai/mãe ensinou (20,8%); Prática/vendo (42,0%)
Frequência do ensino profissional	Frequente(ou) ensino profissional (67,3%)	Não frequente(ou) ensino profissional (90,4%)	Não frequente(ou) ensino profissional (94,6%)
Escolaridade	3º CEB. (44,1%); E. Sec. (40,3%)	3º CEB (41,4%)	≤ 1º CEB. (22,2%); 2º CEB. (31,5%); E. Pós-S./Sup. (19,8%)
Número de reprovações	1 Reprovação (32,9%)	0 Reprovações (47,4%)	3 Ou mais reprovações (19,4%)
Rendimento familiar	1000 a 1499 euros (32,0%)	Superior ou igual a 1500 euros (37,6%)	-
Escolaridade do pai	2º CEB (38,5%)	2º CEB. (29,8%); 3º CEB. (17,9%); E. Sec. (23,25); E. Sup. (4,0%)	≤ 1ºCEB (85,9%)
Escolaridade da mãe	2º CEB (39,7%); 3º CEB (19,1%)	E. Sec. (26,5%); E. Sup. (14,8%)	≤ 1ºCEB (75,0%)

Nota: Apresentam-se apenas as categorias que têm resíduos ajustados estandardizados superiores a 2 ou inferiores a -2.

Tabela 4 - Caracterização dos perfis sociais, formativos e ocupacionais dos jovens (análise de *clusters*)

No quadrante inferior direito dos planos fatoriais, o *cluster 3* (41,1%) corresponde a um perfil de **Instalação tradicional na vida adulta**. É constituído fundamentalmente pelos jovens com idade mais elevada (29,6% têm 25-29 anos e 52,5% 30-34 anos) e que, em termos ocupacionais, trabalham (53,7%), são domésticas (8,6%, encontrando-se as domésticas quase todas neste perfil: 88,0%) ou estão desempregados (11,7%). Distinguem-se por se inscreverem em modos tradicionais de formação profissional, indicando que aprenderam a sua atividade profissional na prática ou vendo (42%) e através do pai ou da mãe (são 20,8% dos jovens no perfil, mas 85,5% do total de jovens que indicaram este modo de aprendizagem encontram-se

neste perfil). A centralidade dos modos tradicionais de aprendizagem profissional na caracterização deste perfil surge reforçada com outros indicadores: além de não terem optado por frequentar o ensino profissional (94,6%), têm percursos escolares marcados especialmente pela baixa escolaridade (estão sobrerrepresentados aqueles que têm o 1º ciclo ou menos e, em menor grau, os que têm o 2º ciclo, 22,2% e 31,5%) com insucesso escolar (destacam-se os casos com três ou mais reprovações). Por outro lado, neste perfil também estão sobrerrepresentados os jovens com uma escolaridade mais elevada (19,8% têm o ensino pós-secundário ou o ensino superior). Muito embora estes últimos não correspondam a um perfil de aprendizagem profissional tradicional, o facto de já terem saído da escola (distinguindo-os do perfil 2) e de não terem feito formação profissional (diferenciando-se, assim, do perfil 1) aproxima-os deste perfil, o qual, de qualquer modo, surge mais caracterizado pelos que investiram pouco na escolaridade. Observando a Figura 1, é possível perceber que a categoria relativa ao ensino pós-secundário/superior se situa na proximidade do perfil 2, ao lado da escola como modo de aprendizagem da profissão, e que o 1º ciclo (ou menos) que se encontra mais próximo do *cluster* 3. A origem social dos jovens vem confirmar a ideia anterior, na medida em que estão especialmente concentrados neste *cluster* os que têm pais muito pouco escolarizados (85,9% têm mães com o 1º ciclo ou menos e 75% pais com o mesmo nível de escolaridade). O cruzamento com outras variáveis^{vii} permite confirmar que estamos perante um perfil caracterizado por um maior grau de instalação na vida adulta: encontram-se sobrerrepresentados os que são casados ou divorciados (e sub-representados os solteiros), bem como aqueles que têm vínculos laborais permanentes e com termo superior a 1 ano.

Situado nos quadrantes superiores dos planos fatoriais, o *cluster 1* (33,8%) corresponde a um perfil de **transição entre formação profissional e trabalho**. O perfil social e ocupacional destes jovens (dimensão 1 da ACM) encontra-se na transição dos dois perfis anteriores. Abrange os jovens que têm uma idade entre 20 e 29 anos (70,1%), estando particularmente sobrerrepresentados os que estão na faixa etária 20-24 anos (39,8%), e que trabalham (esta categoria caracteriza em alguma medida este perfil, mas não de forma tão acentuada como o perfil 3) ou estão num programa ocupacional (embora englobe um quantitativo relativamente pequeno de jovens, 8,5%, surge bastante sobrerrepresentada neste perfil, pois 75% dos que têm esta ocupação estão neste perfil). Se, por um lado, os estudantes estão pouco representados neste perfil, à semelhança do perfil 3, por outro, estes jovens não se definem tanto por terem ocupações tradicionalmente atribuídas à idade adulta: estar a trabalhar ou ser doméstica, como no perfil 3. É também entre os dois perfis anteriores, que este *cluster* se caracteriza, em relação ao percurso escolar e à sua condição social da família: destacam-se os que têm uma escolaridade ao nível do 3º ciclo e, sobretudo, do ensino secundário; apresentam algum insucesso escolar (uma reprovação) e pertencem a contextos familiares com um nível médio de capitais escolares (os pais têm o 2º ou 3º ciclo) e económicos (com um rendimento familiar entre 1000 e 1499 euros). Este *cluster* surge ainda definido pelo perfil formativo (dimensão 3 da ACM), distinguindo-se dos restantes *clusters* pela centralidade que o ensino profissional ocupa aqui: 67,3% frequentaram o ensino profissional, encontrando-se bastante sobrerrepresentados (83% do total de jovens que frequentaram o ensino profissional estão neste *cluster*), e salientam-se, especialmente, os que indicam que aprenderam a sua profissão através de um curso de formação profissional (80,1% dos jovens que indicam este modo de aprendizagem estão neste perfil; representando 32,4% no perfil).

Em suma, os jovens que aderem ao ensino profissional e valorizam a formação profissional apresentam um perfil social, formativo e ocupacional que se situa num espaço intermédio entre dois outros perfis, podendo estes ser vistos como dois polos distintos em termos das oportunidades educativas e ocupacionais que representam. Estes resultados contrariam a ideia de que a oferta de vias profissionalizantes está associada linearmente a uma melhoria das oportunidades educativas e de emprego dos jovens.^{viii} O ensino profissional parece constituir-se como um modo de transição escola-trabalho assente em contextos formais de formação para um segmento de jovens, em contraste com modalidades tradicionais de transição para o trabalho ou vida adulta, que marcam, sobretudo, os mais velhos, nos quais se destacam formas de aprendizagem profissional tradicional, nomeadamente a aprendizagem com os pais e outros. Mas distancia-se também do perfil de

investimento na escola, relativo aos mais jovens, com percursos escolares de maior sucesso escolar, que prosseguem os estudos no ensino superior e têm uma condição social mais favorecida.

A procura consideravelmente menor por parte dos jovens pertencentes a famílias com maior volume de capital escolar e económico, em conjugação com a menor adesão por parte dos jovens com percursos de sucesso escolar, concorrem para confirmar a ideia de que o ensino profissional tende a funcionar como uma via de “segunda oportunidade”, contribuindo, para a reprodução das desigualdades sociais (Guerreiro *et al.*, 2009) ou formas “doces” de exclusão (Alves, 2007). Mas, por outro lado, não obstante o ensino profissional ser mais procurado por jovens de famílias com uma condição social não favorecida, verifica-se que esses não são os mais desfavorecidos de todos. Com efeito, observa-se simultaneamente que pertencer às famílias mais despossuídas de recursos limita a procura de ensino profissional por parte dos jovens.^{ix}

Conclusão

Apesar da priorização política que a formação profissional tem merecido a nível nacional e na RAA, a expressão quantitativa da procura de ensino profissional no conjunto dos jovens açorianos inquiridos revelou-se relativamente reduzida, ainda que mais recentemente as estatísticas oficiais regionais apontem para um o crescimento francamente positivo. A qualificação profissional e as oportunidades de emprego proporcionadas pelo ensino profissional são as principais razões que parecem ter convencido os jovens a optar por este tipo de ensino, fazendo eco das aspirações e objetivos das próprias políticas de formação profissional e não comungando das representações sociais depreciativas acerca desta modalidade de ensino e formação presentes nos jovens que não optaram por este percurso, que a vêem como uma via de segunda oportunidade para alunos em situação de desvantagem social e/ou escolar.

O ensino profissional surge associado a um perfil que designámos de *transição entre formação profissional e trabalho*, destacando-se relativamente a dois outros perfis: um *perfil de investimento na formação escolar*, abrangendo os mais jovens, que se encontram a estudar e não optaram pelo ensino profissional, com percursos escolares bem sucedidos, possuindo uma pertença social mais favorecida; e um *perfil de instalação tradicional na vida adulta*, correspondente aos mais velhos, com percursos escolares marcados por elevado insucesso, que trabalham, são domésticas ou desempregados, são pouco escolarizados, aprenderam a sua atividade profissional com os pais ou vendo outros a fazer e pertencem aos contextos sociais mais desfavorecidos. Distinguindo-se destes dois perfis, os jovens que aderem ao ensino profissional e valorizam a formação profissional apresentam um perfil social e ocupacional que se situa entre os dois anteriores, em termos etários, ocupacionais, de percurso escolar, bem como de condição social. Deste modo, o ensino profissional parece configurar-se como um modo de transição para o trabalho assente em contextos formais de formação para um segmento de jovens. Contrasta, assim, quer com os formas tradicionais de transição para o trabalho ou vida adulta, característicos dos mais velhos, escolar e socialmente mais desfavorecidos, quer com modalidades de maior investimento em contextos formais de formação, através da escola, característicos dos mais jovens, com percursos escolares mais longos, maior sucesso escolar e pertencentes a contextos sociais mais favorecidos.

Os resultados obtidos parecem não confirmar a ideia contida nas políticas de formação profissional de que a frequência de vias profissionalizantes estaria associada linearmente a uma melhoria das oportunidades educativas e de emprego dos jovens: mais procurada pelos jovens que não prosseguem os estudos no ensino superior e com insucesso escolar, o ensino profissional também não se evidencia como um fator promotor de emprego estável, nem na proteção dos jovens açorianos relativamente ao desemprego.

Por outro lado, os dados analisados não confirmam totalmente as representações sociais dominantes acerca do ensino profissional, isto é, de que este funciona como alternativa de segunda oportunidade para os jovens em situação de desvantagem social, que de resto tem vindo a ser confirmada pela investigação noutros contextos. Na população em análise, o ensino profissional surge sobretudo associado a uma categoria de

jovens que se situam num espaço intermédio, de transição entre os perfis social e escolarmente mais desfavorecidos e os mais favorecidos.

Referências

- Alves, N. (2007). E se a melhoria da empregabilidade dos jovens escondesse novas formas de desigualdade social? *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 2, 59-68. Recuperado de <http://sisifo.fpce.ul.pt>.
- Alves, N. (2008). Políticas de educação-formação para jovens: tensões e contradições. *Perspetiva*, 26(1), 209-230. Recuperado de <http://perspectiva.ufsc.br>.
- Azevedo, J. (2000). *O Ensino Secundário na Europa*. Porto: Edições Asa.
- Azevedo, J. (2014). “Ensino profissional em Portugal, 1989-2014: Viagem da periferia para o centro das políticas educativas”. In Rodrigues, M. L. (Org.), *40 anos de Políticas de Educação em Portugal. A construção do sistema democrático de ensino*. Coimbra: Almedina.
- Canário, R., Alves, N., Cavaco, C., & Marques, M. (2012). “Iniciativa Novas Oportunidades - Genealogia de uma política de educação de adultos”. In Atas do VII Congresso Português de Sociologia, *Sociedade, Crise e Reconfigurações*, Porto, 20 a 22 de Junho de 2012. Recuperado de http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP1349_ed.pdf.
- Cardim, J. C. (1999). *O Sistema de Formação Profissional em Portugal*. Tessalónica: CEDEFOP [Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional].
- Carvalho, H. (2008). *Análise multivariada de dados qualitativos: Utilização da análise de correspondências múltiplas com o SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- CESE [Comité Económico e Social Europeu] (2012). O ensino e a formação profissionais de nível pós-secundário como uma alternativa atrativa ao ensino superior (parecer de iniciativa). *Jornal Oficial da União Europeia*, C 68, 6 de março.
- CNE [Conselho nacional de Educação] (2014). *O estado da Educação 2013*. Lisboa: CNE.
- Comissão Europeia (2010). Comunicação da Comissão Europa 2020 Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Recuperado de <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:2020:FIN:PT:PDF>.
- Diogo, A. M. (2016). “Formação profissional e oportunidades juvenis: Perfis e Representações dos jovens açorianos”. In F. Diogo (Coord.), A. C. Palos, A. M. Diogo, L. Tomás, O. Silva. *Juventude açoriana e mundo do trabalho: Relatório final*. Ponta Delgada: Observatório da Juventude dos Açores/CICS.NOVA.UAc.
- Grácio, S. (1998). *Ensinos técnicos e política em Portugal: 1910/1990*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Guerreiro, M. D., & Abrantes, P. (2007). *Transições incertas, os jovens perante o trabalho e a família*. Lisboa: CITE. Recuperado de www.cite.gov.pt.
- Guerreiro, M. D., Cantante, F., & Barroso, M. (2009). *Trajectórias escolares e profissionais de jovens com baixas qualificações*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE).
- Lemos, J. (2015). *Razões da escolha do Ensino Secundário Profissional pelos jovens: análise comparativa entre as escolas profissionais e as escolas secundárias*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores (dissertação de mestrado).

Margiotta, U., Vitale, G., & Santos, J. S. (2014). O Fenômeno do abandono escolar na europa do novo milênio: dados, políticas, intervenções e perspectivas. *Cadernos CEDES*, 34 (94), 349-366. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v34n94/0101-3262-ccedes-34-94-0349.pdf>.

Mendes, P. (2009). *Estudantes do ensino secundário profissional: origem social, escolhas escolares e expectativas*. Lisboa: ISCTE-IUL (dissertação de mestrado).

Palos, A. C. (2012). Ensino profissional e emprego juvenil: faz sentido insistir na fórmula? *SocEd - Newsletter da Secção de Sociologia da Educação da Associação Portuguesa de Sociologia*, 11, 8-10.

Programa do XI Governo Regional dos Açores (2012). Recuperado de http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/F8407045-79E3-4FA9-9BC4-78CD67743D1D/0/Proposta_Programa_XIGRA.pdf.

Ribeiro, M. (2014). *O ensino profissional de nível secundário em Portugal, 2000-2014. Quase-mercado e isomorfismo*. Lisboa: FCSH/UNL (dissertação de mestrado).

Silvestre, A. (2009). *O IEFP e as Políticas de Formação Profissional: Passado e Futuro*. Aveiro: Universidade de Aveiro (dissertação de mestrado).

SREC [Secretaria Regional da Educação e Cultura] (2014). *Estatísticas da Educação 2013/2014 - Região Autónoma dos Açores*. Recuperado de www.edu.azores.gov.pt.

Stoer, S., Stoleroff, A., & Correia, J. A. (1990). O novo vocacionalismo na política educativa em Portugal e a reconstrução da lógica da acumulação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 29, 11-52.

ⁱ Cálculos realizados a partir dos dados absolutos disponibilizados em SREC (2014).

ⁱⁱ Contemplando outros eixos de análise, o estudo foi desenvolvido por uma equipa do CICS.NOVA.UAc/CICS.UAc – F. Diogo (Coord.), A. C. Palos, A. M. Diogo, L. Tomás e O. Silva -, com financiamento do Observatório da Juventude dos Açores/Direção Regional da Juventude do Governo Regional dos Açores.

ⁱⁱⁱⁱ Médias obtidas a partir de uma escala de *likert* de 5 valores, na qual 1 significava “discordo totalmente” e 5 “concordo totalmente”.

^{iv} Esta última ideia é reforçada pela análise de outra questão, não apresentada neste texto, relativa à avaliação dos jovens do impacto da formação: apenas 10,9% referiram que o curso realizado lhes deu acesso a um emprego logo no final da formação.

^v Foram selecionadas como variáveis ativas: escolaridade; idade; ocupação principal; frequência do ensino profissional; modo de aprendizagem da profissão; número de reprovações ao longo do percurso escolar; rendimento familiar; escolaridade do pai; escolaridade da mãe.

^{vi} Na identificação do número de dimensões pertinentes a interpretar analisámos o decréscimo dos valores da inércia da totalidade das dimensões, bem como as medidas de discriminação (Carvalho, 2008). Com base nestes diversos elementos, considerámos que as dimensões 1 e 3 são as que melhor permitem caracterizar os perfis dos jovens tendo em conta o lugar do ensino profissional.

^{vii} Por falta de espaço e por serem apenas análises complementares, não foram incluídas tabelas relativamente a estes cruzamentos, optando-se pela descrição sumária.

^{viii} Estas conclusões são reforçadas por outras análises não apresentadas neste texto, por falta de espaço, constantes do relatório final do estudo (Diogo, 2016).

^{ix} Não se trata apenas um efeito geracional, pois observa-se uma tendência para haver uma procura de ensino profissional bastante limitada nas categorias de rendimento familiar mais baixas nos vários grupos etários (Diogo, 2016).